



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-264 – Vitória – ES

27 3357-7530

CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ATA 4ª REUNIÃO - 15 DE JUNHO DE 2018 - CPPG

Ata da 4ª reunião da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, realizada no dia quinze do mês de junho de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta e dois minutos, realizada por webconferência. A reunião foi presidida pelo **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**, André Romero da Silva, e contou com a presença da secretária Renata Venturim Bernardino e dos seguintes membros: **Diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, Pedro Leite Barbieri, **Diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, Sávio da Silva Berilli, **Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação dos campi**, Adriane Bernardo de Oliveira Moreira, Ana Paula Cândido Gabriel Berilli, Anderson Fioresi de Sousa, André Batista de Souza, Antônio Luiz Pinheiro, Dihego de Oliveira Azevedo, Jadielson Lucas da Silva Antônio, Cleidson da Silva Oliveira, Ediu Carlos Lopes Lemos, Simoni Biral dos Santos, Edneia Nunes da Silva, Valdi Antônio Rodrigues Junior, Geovani Alípio Nascimento Silva, Gilmar Luiz Vassoler, Janio Glória de Oliveira, Jocelia Abreu Barcellos Vargas, Danieli Soares de Oliveira, Polliana Brunetti Merlo Souza, Heyder Vagner Ramos, Márcia Regina Pereira Lima, Márcia Gonçalves de Oliveira, Michelle Rodrigues e Rocha e Wylson Zancanella Quarteazani, **gestor responsável pela Pesquisa e Pós-graduação do Pólo de Inovação Vitória**, Deise Menezes Santos, **representantes de coordenadores de curso de pós-graduação lato sensu**, pertencentes à Subcâmara de Pós-Graduação, Maria Auxiliadora Vilela Paiva e Osmar José Bertholini Pianca, **representantes dos coordenadores dos cursos de pós-graduação stricto sensu**, pertencentes à Subcâmara de Pós-Graduação, Antônio Donizatti Sgarbi e Luciano Menini, **representante dos Técnicos em Assuntos Educacionais/Pedagógicos representantes do Fórum de Gestão Pedagógica**, Helton Andrade Canhamaque, **representantes dos líderes de Grupos de Pesquisa Certificados pelo Ifes**, Renilson Luiz Teixeira, Luiz José Cruz Bezerra, Juliano Tessinari Zagôto, Gustavo Haddad Souza Vieira e Afrânio Afonso Ferrari Baião, **representante do Comitê de Ética em Pesquisa, de Seres Humanos do Ifes**, Edília Moraes de Freitas Matos, **representante do Comitê de Ética em Pesquisa, no Uso de Animais, do Ifes**, Kleber Roldi, **representante do Fórum de Registro Acadêmico do Ifes**, Gilmar de Faria Porcino, **representante do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Ifes**, Gabriel Domingos Carvalho, e dos **convidados** Rony Claudio de Oliveira Freitas, Aldo Marcello Costa Bicalho, Sherrine Queiroz Fermo de Andrade, Fabíola Chrystian Oliveira Martins, Larissy Alves Cotonhoto e Philipe Domingos. Justificaram ausência os seguintes membros: Maria Madalena Bravo de Oliveira, Fabrício Albani Oliveira, Elcio das Graça Lacerda, Maria Alice Veiga Ferreira de Souza e Julio Cesar Nardi. O presidente da CPPG, André Romero da Silva, saudou aos membros presentes e apresentou as orientações iniciais aos participantes sobre a dinâmica de utilização da sala de webconferência. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, constituída dos seguintes: 1) Aprovação da proposta de nova oferta do curso de Aperfeiçoamento em Inclusão e Educação Especial - Cefor - Processo nº 23147.001679/2018-22; 2) Aprovação da alteração do Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Processo nº 23147.000472/2016-79; 3) Recomposição da comissão responsável por revisar a minuta do Regimento do Fórum dos Laboratórios (FLAB), com as contribuições e considerações apresentadas na 4ª Reunião da CPPG realizada no dia 04/11/2016; 4) Informes. Dando início à reunião, André Romero apresentou o ponto (1) que trata da aprovação da proposta de nova oferta do curso de Aperfeiçoamento em Inclusão e Educação Especial, a ser oferecido pelo Cefor. Pedro Leite apresentou o parecer do relator Philipe Domingos, que identificou alguns problemas textuais e falta de clareza nos seguintes itens: a) Tópico 1 - No sumário, o texto do tópico “2.2” não corresponde ao respectivo ponto no corpo do texto; b) Tópico 1 – No tópico “2.8”, no segundo parágrafo, o autor de refere ao curso como “curso de Aperfeiçoamento em Educação e Ambiente” quando a apresentação da proposta se refere ao

curso como “Curso de Aperfeiçoamento em Inclusão e Educação Especial”. O relator apontou que o projeto possui coerência na distribuição de carga horária para os conteúdos propostos, nos tópicos da ementa e os conteúdos programáticos, o número de disciplinas é razoável em relação à carga horária proposta e as referências bibliográficas são suficientes para a abordagem dos conteúdos programáticos. Michelle Rodrigues e Rocha perguntou se os cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento deverão passar pela CPPG, visto que a maioria deles vem sendo tratados e certificados como cursos de extensão. Pedro Leite disse que, como as bases legais do ROD foram revogadas recentemente, foi sugerida a inclusão das normas referentes aos cursos de aperfeiçoamento no ROD como curso de pós-graduação. Pedro Leite destacou que considerando que o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2014/2-2019/1 do Ifes e o artigo 7º, inciso VI, alínea d, da Lei 11.892/2008 se referem a cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo assim, os cursos de aperfeiçoamento no Ifes devem ser apreciados pela CPPG e não mais pela Câmara de Extensão (Caex). Pedro Leite ainda destacou que a Portaria nº 3.050/2016 dispõe sobre o ROD da Pós-Graduação e abrange todos os cursos *lato sensu* e *stricto sensu* do Ifes e que ainda este ano esse regulamento será alterado para evidenciar que os cursos de aperfeiçoamento são cursos de pós-graduação. Ressaltou que, por precaução, enquanto o ROD da Pós-Graduação não for alterado, os cursos de aperfeiçoamento serão tratados como casos omissos e apreciados pela CPPG. Reiterou que os cursos de aperfeiçoamento (destinado a profissionais graduados e com carga horária mínima de 180 horas) possuem especificidades, mas foi solicitado um parecerista também para os cursos de aperfeiçoamento. Márcia Regina apontou que a base legal utilizada pelo relator não está coerente, visto que a Resolução CNE/CES nº 1/2007 já foi revogada pela Resolução CES/CNE nº 1/2018, e que no parecer do relator é preciso definir que o público-alvo será o aluno graduado e a modalidade do curso, aperfeiçoamento. Pedro Leite frisou que consta no parecer do relator que os cursos de aperfeiçoamento (na modalidade *lato sensu*) são avaliados com base na legislação e normas da Educação Superior e que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) é a base legal no âmbito nacional, contudo, não é o parecer do relator que estrutura a proposta de curso, sendo a CPPG um colegiado que pode deliberar pela aprovação da proposta, mediante correções no relato e no projeto de curso. O relator Philippe Domingos afirmou que corrigirá seu parecer e o encaminhará à coordenadora do curso proposto, Larissy Alves Cotonhoto. Pedro Leite destacou que as alterações e correções são passíveis de serem realizadas e se comprometeu a verificá-las. Jânio Gloria de Oliveira comentou que esse curso de aperfeiçoamento pode ser oferecido no segundo semestre de 2018, o que não obriga a iniciar em agosto, e, por isso, a proposta de curso corrigida poderia ser apreciada na próxima reunião. A coordenadora do curso, Larissy Alves, destacou que o Cefor se defrontou com uma crescente demanda (interna e externa) de curso voltado para o atendimento de pessoas com necessidades específicas nos contextos educacionais que estão recebendo desde 2017/2, e por isso se comprometeu a reavaliar e proceder às alterações no projeto de curso indicadas pela CPPG. Após ampla discussão, André colocou em regime de votação e com 21 votos favoráveis e 11 votos contra a proposta de curso de aperfeiçoamento e o relato do parecerista foram aprovados mediante correções na modalidade do curso (retirar menção à *lato sensu*) e no perfil do ingresso do aluno (ser graduado). Em seguida, foi apresentado o ponto (2) que trata da aprovação da alteração do Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Pedro Leite, inicialmente, apontou a necessidade de correções textuais, que não comprometem a proposta como um todo, e em relação às demais alterações (estruturais) destacou: a) No artigo 4º, existe a necessidade de incluir as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná; b) No art. 5º, alterar o parágrafo único: onde se lê “O Comitê Gestor e a Comissão, Acadêmica Nacional têm mandato de três anos, sendo permitida uma recondução subsequente.”, leia-se “O Comitê Gestor, o Coordenador Geral do ProfEPT e a Comissão Acadêmica Nacional têm mandato de três anos, sendo permitida uma recondução subsequente”. Pedro Leite disse que da forma como foi escrita existe a possibilidade de se trocar um membro do Comitê Gestor, atender ao art. 5º e admitir que o Coordenador Geral seja reconduzido mais de uma vez; c) No artigo 6º, parágrafo único, o texto diz: “O Coordenador Geral é um docente do quadro permanente do ProfEPT no Instituto Federal do Espírito Santo, nomeado pelo Ifes, a partir de escolha, coordenada pelo Comitê Gestor, feita pelos Coordenadores Acadêmicos Locais, sendo admitida uma recondução”; mas a versão anterior diz que: “O Coordenador Geral do ProfEPT é nomeado pelo Ifes, mediante indicação feita pela PRPPG dentre os docentes do ProfEPT local, para um mandato de três anos, admitindo-se recondução”. Pedro Leite considerou que o programa é coordenado nacionalmente pelo Ifes, que o programa está vinculado diretamente à PRPPG, que é o setor que deve prestar contas das atividades realizadas pelo programa, e que, portanto, essa alteração não é pertinente. A partir dessa considerações, Pedro Leite manifestou seu parecer favorável para que a CPPG do Ifes aprove a proposta do Regulamento do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e

Tecnológica em Rede Nacional, desde que sejam feitas as correções/alterações que apontou em seu parecer, sem prejuízo ao programa. O coordenador do ProfEPT, Rony Freitas, saudou aos membros da CPPG e disse que o ProfEPT é um programa em rede pensado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) via Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação dos Institutos Federais (Forpog) que foi materializado no ano de 2015 e apresentado no APCN/Capes em 2016. Destacou que algumas alterações foram sugeridas na proposta original, a partir de indicações oriundas de diligência documental e diligência de visita solicitadas pela CAPES, entre elas foi definido retirar o Conif como instituição coordenadora. Rony Freitas disse que o Ifes foi a instituição eleita coordenadora do programa, entre as 18 instituições participantes; e que a partir daí foi constituído um Comitê Gestor do programa. Rony Freitas destacou que todas as decisões deliberativas são definidas por este Comitê Gestor, que possui uma composição representativa. Disse que a gestão do Programa ProfEPT é colegiada e inclui representantes de todas as 36 Instituições Associadas que participam em todos os níveis da governança do Programa, incluindo o Colégio Pedro Segundo, e foram ofertadas recentemente 820 vagas. Ressaltou que todo o trabalho que envolve o programa tem sido árduo e complexo, sendo que o Ifes participa tanto como instituição associada com o Polo Vitória quanto como instituição coordenadora do ProfEPT que representa todas as instituições vinculadas e tem proximidade com o Conif. Rony Freitas destacou que o Regulamento Nacional do ProfEPT foi matéria de discussão e de deliberação do Comitê Gestor, da Comissão Acadêmica Nacional e também do Colegiado de Coordenadores(as) Locais do programa, em reunião realizada em Manaus-AM, de 19 a 23 de Março de 2018. Em seguida, Rony Freitas agradeceu ao parecerista pelas considerações e apontou que dentre as alterações, foi incluído como membro o representante do Forpog no Comitê Gestor e a ampliação do quadro com coordenadores adjuntos, devido à dimensão que ganhou o programa em nível nacional. Com relação à alteração proposta pelo relator no artigo 4º, disse não ser possível incluir as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pois foi o Conif, que é o órgão proponente e financiador, restringiu a participação aos Institutos vinculados ao Conif. Sobre a solicitação de alteração no parágrafo único do art. 5º, Rony Freitas disse ser possível retirar a admissão de uma recondução do coordenador geral, apesar deste ser membro do Comitê Gestor e estar sob as regras de mandato de 3 anos podendo haver uma recondução. Também apontou que o Regulamento Nacional foi revisto em diversos artigos e que o Artigo 6º que trata da normatização da eleição do(a) Coordenador(a) Geral do ProfEPT, bem como, dos membros do Comitê-Gestor e da Comissão Acadêmica Nacional impacta diretamente na governança do Programa em Rede. Sobre o parágrafo único do artigo 6º, Rony Freitas destacou que se compreende que o Comitê Gestor é um espaço de deliberação que tem autonomia e que esta mudança na forma de seleção do coordenador, deixando de ser uma indicação para ser um processo mais democrático com participação dos coordenadores acadêmicos locais, visa a dar oportunidade de participação às instituições parceiras na escolha da coordenação nacional. Rony Freitas destacou que a CPPG tem autonomia para alterar o regulamento, mas qualquer decisão tomada pela CPPG será encaminhada ao Comitê Gestor. Salientou que o Ifes hoje está como instituição coordenadora, mas que pode haver algum tipo de rodízio entre as instituições parceiras, se assim for desejado pelo Comitê Gestor. Após ampla discussão, Pedro Leite solicitou retirar a exigência do item a), mantendo as exigências de alterações (estruturais), conforme itens b) e c) que constam em seu parecer. André Romero colocou em votação a proposta do parecerista Pedro Leite e com 30 votos favoráveis e 5 votos contrários a CPPG deliberou pela aprovação do regulamento do ProfEPT mediante atendimento ao que foi solicitado nos itens b) e c) pelo parecerista. Rony Freitas agradeceu pelo relato e se colocou à disposição para apresentar mais detalhes do programa ProfEPT. Em seguida, foi apresentado o ponto (3) que trata da recomposição da comissão responsável por revisar o texto do Regimento do Fórum dos Laboratórios (FLAB). O Coordenador de Laboratórios do campus Ibatiba, Aldo Marcello Costa Bicalho, apresentou um panorama geral da situação em relação aos laboratórios do Ifes. Baseando-se em um levantamento realizado pela Reitoria em janeiro de 2018, Aldo Bicalho apresentou o quantitativo dos cargos ocupados (TAE e docentes) e disse que o Ifes possui 108 cargos que atuam em laboratórios. Destacou que as ações dos técnicos de laboratórios do Ifes foram iniciadas desde 2015 com consultas aos campi por e-mail institucional visando à criação do FLAB do Ifes. Relembrou que a mobilização dos servidores nos campi visando à elaboração de um documento para formalizar a criação do FLAB ocorreu no primeiro semestre de 2016 e que a partir de uma reunião com o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, na ocasião, Márcio Cò, teve-se o entendimento de que a institucionalização do FLAB ocorrerá mediante publicação de seu regimento; assim, foi elaborada uma minuta de regimento apresentada na 3ª Reunião da CPPG, realizada em 05/08/2016, na qual foram sugeridas alterações. Após a comissão ter corrigido a minuta do regimento do FLAB, dentro do prazo solicitado, foi enviado aos membros da CPPG um e-mail no qual foi solicitada a apreciação do documento

e apenas alguns campi apresentaram questionamentos e sugestões de alteração. Na 4ª reunião da CPPG, em 04/11/2016, foram indicados os servidores Aldo Marcello Costa Bicalho, Vilácio Caldara Junior e Vinicius Guilherme Celante para comporem uma comissão designada a delimitar as atribuições do FLAB e rever a minuta do regimento proposto. Considerando que esta comissão não conseguiu se reunir para desenvolver os trabalhos e que nenhuma alteração na minuta foi realizada, Aldo Bicalho solicitou à CPPG autorização para a recomposição de uma comissão a fim de retomar este trabalho de revisão da minuta do regimento, para posterior apreciação da CPPG. Após ampla discussão, a CPPG aprovou com 30 votos favoráveis que Aldo Marcello Costa Bicalho entrará em contato via webconferência com os técnicos de laboratórios e interessados para recompor a comissão e trabalhar os itens pontuados na minuta do regimento do FLAB. Em seguida, André Romero apresentou os seguintes informes: publicação da portaria nº 1.086/2018 que altera a composição do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA-Ifes). A coordenadora do CEUA, Sherrine Queiroz Fermo de Andrade, destacou que a alteração foi necessária para incluir dois membros biólogos com número de CRBio ativo a fim de concluir o cadastro junto ao Credenciamento no novo sistema de Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais (Ciuca). André Romero informou que foi divulgada a Orientação Técnica nº 12, de 08/05/2018 do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) que trata do bem-estar animal. Em seguida, Sherrine Queiroz apresentou o conceito de bem-estar animal, considerando a saúde de um modo geral do animal, a saúde psicológica do animal e o comportamento natural da espécie. No que se refere à saúde animal, Sherrine destacou que o Ifes já realiza, mas com relação à melhoria das condições ambientais e bem-estar animal informou que no período de agosto a novembro de 2016, uma comissão constituída pela portaria nº 1.266/2016, alterada pela portaria 1.782/2016, realizou um trabalho que consistiu no levantamento das necessidades de adequação dos biotérios do Ifes para fins de credenciamento institucional definitivo junto ao Concea e que os relatórios produzidos por esta comissão foram enviados em 2017 à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) e aos campi envolvidos para providenciarem adequações nas instalações visando à melhoria das condições ambientais e diminuir os extressores locais. Sherrine Queiroz apontou que no que se refere à aplicabilidade da Orientação Técnica nº 12, de 08/05/2018, o Ifes deveria focar principalmente no manejo, pois o tratador que lida diretamente com o animal nos campi precisa de mais informação e treinamento para entender sobre o bem-estar animal. Sherrine disse que em conversa com professores e com a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) foi proposta a realização de treinamentos de extensão (em módulos) por campus com formação direcionada para a atuação local. Também disse que essa Orientação Técnica nº 12/2018 se baseia no conceito das cinco liberdades e nas provisões do bem-estar animal, a saber: o animal deve estar livre de dor, lesão e enfermidades; livre de desconforto (estresse ambiental); livre de fome, sede e desnutrição; livre de medo e angústia (estresse mental); e livre para expressar seu comportamento natural. Logo depois, André Romero informou que foi publicada a Resolução Normativa nº 38 de 17/04/2018/Concea que dispõe sobre as restrições ao uso de animais em ensino. Sherrine Queiroz ressaltou que no Art. 1º desta resolução está expressa a proibição do uso de animais “em atividades didáticas demonstrativas e observacionais que não objetivem desenvolver habilidades psicomotoras e competências dos discentes envolvidos”. Porém, em seu Parágrafo único, consta que “não se aplica a proibição estabelecida no caput deste artigo, às atividades didáticas em pós-graduação e àquelas aplicadas à biodiversidade, ecologia, zoologia e conservação, produção, sanidade e inspeção animal que ensejem abordagens diagnósticas, terapêuticas, profiláticas e zootécnicas, objetivando a redução de riscos sanitários, de danos físicos ou o aprimoramento da condição de produção, de saúde ou da qualidade de vida dos animais utilizados”. Sherrine Queiroz destacou que os campi deverão estar atentos no que se refere à biosegurança no ensino, com abordagens profiláticas, zootécnicas, sanidade e produção animal. Ainda disse que, devido à Resolução Normativa nº 38, as visitas técnicas deverão ser submetidas ao CEUA e que já foi solicitado à Pró-Reitoria de Ensino (Proen) a revisão do regulamento de visitas técnicas. Gabriel Carvalho destacou que devem ser encaminhados ao CEUA os projetos de pesquisa, os Planos de Ensino das disciplinas e aulas (inclusive visitas técnicas) que envolvam animais, e esse acompanhamento deverá ser realizado pela Direção/Coordenação de Ensino dos campi e setores pedagógicos. Em seguida, André Romero informou que foi publicado o Decreto 8.772 de 11/05/2016 que regulamenta a Lei nº 13.123/2015 e estabelece novas regras para o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Sherrine Queiroz destacou que se trata de um decreto com texto complexo e extenso, mas que se faz necessária a identificação das atividades que o Ifes desenvolve com patrimônio genético. Em seu § 1º, considera-se parte do patrimônio genético, existente no território nacional, o microrganismo que tenha sido isolado a partir de substratos do território nacional, do mar territorial, da zona econômica exclusiva ou da plataforma continental. Sherrine disse que todos os estudos e desenvolvimento tecnológico e pesquisa que envolvam animais que pertencem à

biodiversidade brasileira precisam ser registrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen) e ter autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen). Também destacou que para esse cadastramento os pesquisadores e professores do Ifes poderão se basear na lista de referência de espécies animais e vegetais domesticadas ou cultivadas que foram introduzidas no território nacional, utilizadas nas atividades agrícolas, com as espécies que formam populações espontâneas e as variedades que tenham adquirido propriedades características distintivas no país. Frisou a necessidade de se considerar a Instrução Normativa nº 23, de 14 de junho de 2017, que apresenta uma lista de referência de espécies vegetais domesticadas ou cultivadas que foram introduzidas no território nacional, e a Instrução Normativa nº 19, de 16 de abril de 2018, que apresenta uma lista de referência de animais que não são considerados patrimônio genético. Ressaltou que os docentes precisam de identificar se trabalham com a criação e a venda de animais que fazem parte da biodiversidade nativa e deverão cadastrar apenas aquelas que são consideradas patrimônio genético. Gabriel Carvalho comentou que o CEUA está ligado ao Concea e o CEP ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e que esta legislação sobre patrimônio genético é derivada da Comissão Nacional de Biossegurança e, dessa forma, se faz necessária a criação de uma comissão própria para acompanhamento das questões relacionados ao patrimônio genético e biossegurança, que seguirão as orientações do Conselho Nacional de Biossegurança e dos ministérios. André Romero ressaltou que muitos professores e pesquisadores do Ifes desconhecem a existência desse decreto e que se trata de um problema institucional que requer ações urgentes. Sherrine Queiroz destacou que envolve um trabalho criterioso e que as atividades de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico no Ifes que tratam do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associados, realizadas entre 30 de junho de 2000 e 17 de novembro de 2015, deverão estar cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen) até outubro de 2018; caso contrário, o Ifes estará sujeito à multa, sanções ou penalidades. Após discussões, a CPPG deliberou que será publicada uma portaria para designar uma comissão multicampi para tratar da criação de regimento sobre aplicabilidade do Decreto 8.772 de 11/05/2016 na instituição, do cadastramento no SisGen e da regularização das atividades de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico no Ifes que tratem do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associados. Logo depois, Pedro Leite informou que ao observar a regulamentação de outras instituições públicas acerca das defesas com uso de videoconferência ou aplicativos similares se verificou que o assunto está sendo abordado dentro dos documentos que equivalem ao ROD da Pós-Graduação e que a PRPPG pretende fazer o mesmo, mas que, inicialmente, encaminhou à Proen a portaria nº 561, de 11 de junho de 2018 emitida pelo campus Vitória, para análise a fim de ser publicada uma portaria institucional que envolva os cursos de graduação e de pós-graduação do Ifes sobre o referido assunto. Em seguida, Pedro Leite informou que consta na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, a informação de que os certificados de conclusão de cursos de especialização devem ser acompanhados dos respectivos históricos escolares, nos quais devem constar, obrigatória e explicitamente: ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º desta Resolução; identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade acadêmica; elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação. Considerando que existem disciplinas ofertadas por mais de um professor, foi decidido que as Coordenadorias de Registro Acadêmicos do Ifes serão orientadas a fazerem pautas divididas por disciplina para que seja possível cadastrar mais de um professor. Logo depois, Luiz José Cruz Bezerra perguntou quem define os pareceristas das propostas de novos cursos de pós-graduação do Ifes. Pedro Leite disse que a Diretoria de Pós-Graduação indica profissionais da área ou, em outro caso, solicita ao campus que indique parecerista para a proposta, desde que não tenha vínculo com o curso. Pedro Leite destacou que prezam pela idoneidade, mas que, em caso de objeções dos membros da CPPG, poderá colocar esse assunto como ponto de pauta para a próxima reunião. Em seguida, Cleidson da Silva solicitou que fosse exposta a situação do pedido de recomposição do CEPE, de forma que houvesse a proporcionalidade entre os conselheiros do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão. André Romero disse que o memorando foi encaminhado tanto pela PRPPG quanto pela PROEX, e que retomará o assunto com o presidente do CEPE. Nada mais tendo a tratar, o presidente da reunião, André Romero da Silva, deu encerrada a reunião às 12h18min, da qual a secretária Renata Venturim Bernardino lavrou esta Ata, que, após aprovada, será assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS DOS MEMBROS PRESENTES

Presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

André Romero da Silva	
-----------------------	--

Diretor de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Leite Barbieri	
----------------------	--

Diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Sávio da Silva Berilli	
------------------------	--

Gestores de Pesquisa e Pós-Graduação dos *campi*

Adriane Bernardo de Oliveira Moreira	
Ana Paula Cândido Gabriel Berilli	
Anderson Fioresi de Sousa	
André Batista de Souza	
Antônio Luiz Pinheiro	
Cleidson da Silva Oliveira	
Danieli Soares de Oliveira	
Dihego de Oliveira Azevedo	
Ediu Carlos Lopes Lemos	
Edneia Nunes da Silva	
Geovani Alipio Nascimento Silva	
Gilmar Luiz Vassoler	
Heyder Vagner Ramos	
Jadielson Lucas da Silva Antônio	
Janio Gloria de Oliveira	
Jocelia Abreu Barcellos Vargas	
Márcia Gonçalves de Oliveira	
Márcia Regina Pereira Lima	
Michelle Rodrigues e Rocha	

Polliana Brunetti Merlo Souza	
Simoni Biral dos Santos	
Valdi Antônio Rodrigues Junior	
Waylson Zancanella Quartezeni	

Gestor responsável pela Pesquisa e Pós-graduação do Pólo de Inovação Vitória

Deise Menezes Santos	
----------------------	--

Coordenadores de Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, pertencentes à Subcâmara de Pós-Graduação

Maria Auxiliadora Vilela Paiva	
Osmar José Bertholini Pianca	

Coordenadores de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, pertencentes à Subcâmara de Pós-Graduação

Antônio Donizatti Sgarbi	
Luciano Menini	

Representante dos técnicos em Assuntos Educacionais/Pedagógicos representantes do Fórum de Gestão Pedagógica

Helton Andrade Canhamaque	
---------------------------	--

Representantes dos líderes de Grupos de Pesquisa certificados pelo Ifes

Afrânio Afonso Ferrari Baião	
Gustavo Haddad Souza Vieira	
Juliano Tessinari Zagôto	
Luiz José Cruz Bezerra	
Renilson Luiz Teixeira	

Representante do Comitê de Ética em Pesquisa, de Seres Humanos, do Ifes

Edilia Moraes de Freitas Matos	
--------------------------------	--

Representante do Comitê de Ética em Pesquisa, no Uso de Animais, do Ifes

Kleber Roldi	
--------------	--

Representante do Fórum de Registro Acadêmico do Ifes

Gilmar de Faria Porcino	
-------------------------	--

Representante do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Ifes

Gabriel Domingos Carvalho	
---------------------------	--